

Ativismo quilombola: a comunicação dos Atingidos pela Base Espacial em defesa do território étnico de Alcântara/MA

Activismo Quilombola: la comunicación de los Afectados por la Base Espacial en defensa del territorio étnico de Alcântara/MA

Quilombola Activism: the communication of Those Affected by the Space Base in defense of the ethnic territory of Alcântara/MA

Marisvaldo Silva Lima

Mestre e doutorando em Jornalismo pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJor/UFSC), militante do movimento negro. E-mail: mlimajornalista@gmail.com.

Submetido em: 09 jan. 2024

Aprovado em: 08 maio 2024



Creative Commons



Atribuição



Não comercial



Compartilha igual

<https://br.creativecommons.net/licencas/>

Resumo

Este artigo analisa as estratégias de comunicação do Movimento de Atingidos pela Base Espacial em Alcântara/MA por meio de um estudo de caso que utiliza entrevista semiestruturada e pesquisa documental. Mobiliza os conceitos de movimentos sociais, movimento negro e quilombola. Aborda especificidades do território étnico e discute o papel da comunicação no fortalecimento da cidadania e a imprensa negra como meio de contra-hegemonia. A análise mostra que, apesar das dificuldades, o MABE confronta narrativas dominantes e busca transformar as relações de poder através de uma comunicação autônoma e adaptativa, indissociável de sua militância.

Palavras-chave: Comunicação; Território; Movimentos sociais; Comunidades quilombolas; Contra-hegemonia.

Resumen

Este artículo analiza las estrategias de comunicación del Movimiento de los Afectados por la Base Espacial de Alcântara en Maranhão, Brasil, a través de un estudio de caso que utiliza entrevistas semiestructuradas e investigación documental. Moviliza conceptos de movimientos sociales, el movimiento negro y quilombola. Aborda las especificidades del territorio étnico y discute el papel de la comunicación en el fortalecimiento de la ciudadanía y la prensa negra como medio de contrahegemonía. El análisis muestra que, a pesar de las dificultades, el MABE confronta narrativas dominantes y busca transformar las relaciones de poder a través de una comunicación autónoma y adaptativa, inseparable de su militancia.

Palabras-clave: Comunicación; Territorio; Movimientos sociales; Comunidades quilombolas; Contrahegemonía.

Abstract

This article analyzes the communication strategies of the Movement of Those Affected by the Alcântara Space Base in Maranhão, Brazil, through a case study that uses semi-structured interviews and documentary research. It mobilizes concepts of social movements, the Black movement, and quilombola. It addresses the specificities of ethnic territory and discusses the role of communication in strengthening citizenship and the Black press as a means of counter-hegemony. The analysis shows that, despite difficulties, MABE confronts dominant narratives and seeks to transform power relations through autonomous and adaptive communication, inseparable from its militancy.

Keywords: Communication; Territory; Social movements; Quilombola communities; Counter-hegemony.

Introdução

O recenseamento do IBGE de 2022 trouxe avanços significativos na compreensão da diversidade populacional brasileira ao incluir pela primeira vez um recorte sobre povos quilombolas. Estimada em 1,32 milhão de pessoas, cerca de 0,65% da população total do país, essa comunidade é mais concentrada na Bahia e no Maranhão, onde mais de 269 mil quilombolas residem, representando mais de 20% do total nacional. Em Alcântara/MA, município com a maior proporção de quilombolas do país, aproximadamente 85% da população, equivalente a 15,5 mil pessoas, se declara quilombola (IBGE, 2023a). O estudo também revela aspectos da dinâmica territorial, identificando 5.972 localidades, incluindo territórios oficialmente delimitados (404) e agrupamentos autônomos (5.568), reconhecidos como quilombolas, mas não titulados. Nesse município, existem pelo menos 156 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares, embora apenas 125 famílias residentes em agrovilas¹ tenham recebido a titulação definitiva de seus territórios.

Nessa região, desde a década de 1980, conflitos de ordem social e territorial têm se intensificado devido à instalação do Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA) em uma área anteriormente habitada por quilombolas, o que ocasionou o remanejamento de 312 famílias de 32 comunidades para áreas com características inferiores aos territórios de origem. Este é o vetor de diversas disputas em Alcântara nas últimas décadas. A realocação forçada afetou as comunidades econômica e culturalmente, gerando um cenário de escassez material e marginalização que alimenta um ciclo persistente de violências.

Em 1999, surge o Movimento dos Atingidos pela Base Espacial (MABE), unindo moradores, lideranças e intelectuais das comunidades quilombolas de Alcântara. Junto a iniciativas anteriores, como o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara (STTR) e a Pastoral da Terra (Silva, 2013), o MABE tem discutido formas de resistência ao avanço do CLA e sensibilização de terceiros sobre a causa dos atingidos. Tornou-se um agente em defesa dos territórios quilombolas (Serejo Lopes, 2020), colaborando com outras instituições e impulsionando ações legais em âmbito nacional e internacional.

Partindo da compreensão da comunicação como uma ferramenta essencial para a atuação de movimentos sociais (Peruzzo, 2007, 2013), seja nas manifestações presenciais ou em ambientes digitais, e para o fortalecimento da cidadania (Peruzzo, 2009), este artigo² objetiva compreender como o MABE elabora estratégias de comunicação nesse processo que visa a sensibilização da sociedade e a visibilidade positiva das demandas dos atingidos na mídia. Para isso, realiza-se uma pesquisa qualitativa, baseada em um estudo de caso (Duarte, 2010), que utiliza entrevista semiestruturada com uma liderança representante do movimento³ e pesquisa documental. A entrevista foi realizada por meio de videoconferência, e focalizou questionamentos sobre papel da comunicação institucional, da comunicação midiática e da comunicação oral como ferramentas para a mobilização interna e ao alcance de terceiros.

Movimentos sociais negro e quilombola: aproximações e distanciamentos

A partir da década de 1960, houve o incremento das pesquisas sobre movimentos sociais no Brasil, marcando uma mudança de paradigma no enfoque acadêmico. Houve um fortalecimento teórico desses estudos, que passaram a constituir um campo autônomo nas ciências sociais, com um escopo próprio e relativa independência. Maria da Glória Gohn (1997,

¹ Agrovilas são resultantes da reorganização forçada de famílias remanejadas na década de 1980.

² Uma versão preliminar deste estudo foi apresentada durante o XII Congresso de Pesquisadores Negros/as e foi publicada no Anais do evento. O texto atual passou por adaptações, aprofundamento teórico e reflexões adicionais.

³ A liderança será identificada como "Entrevistado".

2013) destaca o crescente interesse acadêmico nas motivações e consequências das ações dos movimentos sociais, na década de 1980, impulsionando uma compreensão mais abrangente desses fenômenos e o desenvolvimento de teorias contextualizadas nas ciências sociais. A consolidação dos movimentos sociais como objetos de estudo trouxe consigo importantes desdobramentos, incluindo a ascensão das teorias pós-coloniais e uma rearticulação desses movimentos como espaços inovadores para a produção de conhecimento e a contestação das estruturas vigentes, promovendo a fomentação e construção de novas organizações sociais.

Já da década de 1970, o Movimento Negro (MN) brasileiro amplia sua atuação reivindicando a valorização da cultura e fortalecimento da identidade de negras e negros deixados à margem da sociedade no pós-abolição. Enquanto movimento social e político, este ator progressivamente buscou ressignificar afirmativamente a ideia de raça, propondo uma necessária reinterpretação da história e da compreensão da participação dos negros na construção do país. Segundo Nilma Lino Gomes (2017), o MN é definido como um ator coletivo político composto por uma ampla gama de instituições espalhadas por todo o território brasileiro, que não apenas contestam as desigualdades históricas, mas também atuam como agentes transformadores na construção de uma narrativa nacional mais inclusiva e justa com a população afrodescendente. De acordo com a autora, o MN agrega “[...] as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade” (Gomes, 2017, p. 23-24)

Falar de MN significa falar, obviamente, de um ente múltiplo. Longe de representar uma perspectiva homogênea, o movimento é marcado por uma diversidade de experiências, visões e vivências que refletem a complexidade intrínseca da identidade negra. A causa quilombola é uma das reivindicações assimiladas e incorporadas pelo MN organizado. Cardoso e Gomes (2018) destacam a relação intrínseca entre o MN e o Movimento Quilombola (MQ) evidenciando que a agenda quilombola passou a ser integrada, já na década de 1970, às demandas do Movimento Negro Unificado (MNU), que as apresentou durante a elaboração da Constituição de 1988, pleiteando a inclusão na Carta Magna de garantias e proteção do direito ao território das comunidades negras rurais, posteriormente designadas como “comunidades remanescentes de quilombos”. A articulação dessas pautas demonstra uma interconexão estratégica entre os movimentos negro e quilombola, mostrando que há uma compreensão compartilhada da importância do reconhecimento e da preservação dos territórios negros como parte integrante da luta mais ampla por reparação e igualdade racial.

O movimento inicial pela reivindicação de territórios quilombolas, conforme observado por Jorge (2015), teve uma evolução ao longo dos anos, especialmente após a promulgação da Constituição de 1988, o que permitiu às comunidades “remanescentes de quilombos” reivindicarem seus territórios com base no Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). A promessa de facilitação do processo de titulação das terras quilombolas veio 15 anos mais tarde, com o Decreto nº 4.887/2003, que impulsionou a luta territorial, embora ainda não tenha sido garantida a universalização da titularidade dos territórios.

Essa evolução do movimento social resultou na ressignificação do conceito de “quilombo” como um símbolo filosófico de resistência e liberdade contra a opressão, conforme apontado por Nascimento (2006 [1985]) e destacado por Leite (2008). O termo passou a representar não apenas a luta pelo direito à terra, mas também a ampliação da cidadania e a proteção das manifestações culturais afrodescendentes. Assim, o conceito de quilombo permanece relevante como uma representação das questões em aberto e em constante definição, especialmente em relação à garantia de cidadania para esses grupos (Leite, 2000).

A mobilização social quilombola, como observado por Cardoso e Gomes (2018), tem experienciado um fortalecimento gradual, resultando na consolidação contemporânea de uma

mobilização política com identidade própria e uma autonomia relativa em relação ao MN mais amplo. Esta autonomia surge como resposta às demandas singulares das comunidades quilombolas, especialmente em relação à luta pelo território e à articulação interna para assegurar que suas demandas não sejam subordinadas à agenda mais abrangente do MN urbano. A preservação das terras tradicionalmente ocupadas e a garantia de direitos fundamentais emergem como desafios primordiais. A luta territorial é, portanto, central para os quilombolas, discutida amplamente em ambientes deliberativos e em espaços próprios de articulação interna, como o Conselho Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), seu principal órgão representativo.

MABE e a defesa do território étnico de Alcântara

Surgindo como resposta aos conflitos sociais e territoriais em Alcântara, o MABE teve sua origem informal em 1999, durante o seminário "Alcântara: a Base Espacial e os Impasses Sociais", promovido pelo STTR. Sua formalização aconteceu no ano de 2001 e desde então sua missão central tem sido resistir ao avanço do CLA sobre o território étnico de Alcântara, engajando-se ativamente na defesa das comunidades quilombolas em diversas instâncias sociais e jurídicas.

Almeida (2004) situa o MABE entre outros movimentos surgidos da organização popular para enfrentar ações do governo e os efeitos negativos que grandes empreendimentos podem ter sobre as comunidades locais, buscando proteger os interesses das comunidades afetadas e defender seus direitos diante das transformações que esses projetos podem trazer para as localidades, como os impactos causados pelo CLA às famílias de pescadores e dependentes da agricultura de subsistência em Alcântara. Nunes (2014), explica que o MABE se estabelece no sentido de resistir a medidas autoritárias de entes estatais e privados que violam direitos coletivos das comunidades atingidas.

Segundo o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA, 2007), o MABE articula as comunidades negras do território alcantarense, defendendo seus direitos constitucionais e trabalhando para mitigar os danos sociais, ambientais e outros impactos causados pela instalação da base espacial no município. Suas atividades incluem reuniões, audiências, oficinas e outras iniciativas formativas com os moradores, visando a preservação de seus modos de vida. "O MABE também trabalha para que os quilombolas possam ter os direitos que a sociedade brasileira nunca lhes permitiu – uma participação justa na sociedade, com educação, emprego e participação política" (PNCSA, 2007, p. 5).

O movimento é caracterizado por congrega representantes de todas as comunidades quilombolas no município e estabelecer parcerias com entidades locais, nacionais e internacionais, firmando uma extensa rede solidária que envolve dezenas de instituições da sociedade civil, como entidades religiosas, outros movimentos sociais, instituições representativas dos quilombolas, fundações educacionais e centros de pesquisa. Assim, o MABE se destaca não apenas por sua atuação local junto aos moradores, mas por sua inserção em uma rede colaborativa⁴, e atua também na articulação de conhecimento científico (Silva, 2013) por meio da interlocução com entidades de acadêmicas e pesquisadores, com publicação de escritos sobre a realidade das comunidades alcantarenses. Tal esforço se traduz no estabelecimento cada vez maior de agentes sociais oriundos das comunidades quilombolas envolvidos na pesquisa acadêmica, conjugando conhecimentos científicos, saberes tradicionais

⁴ A Carta do II Seminário Alcântara, publicada em 25 de novembro de 2017, expressa repúdio às tratativas entre Brasil e EUA sobre a base espacial, devido ao impacto nos quilombolas. Assinada por 27 comunidades afetadas e 18 entidades parceiras. Ver Carta completa em: <https://contrafrasil.org.br/system/uploads/ck/files/Carta-do-II-Seminario-Alcantara-a-Base-Espacial-e-os-Impasses-Sociais.pdf>.

e demandas do território ético frente às situações de conflito vivenciadas. De acordo com a autora, "as relações de pesquisa também são alteradas e a produção científica, antes restrita ao meio acadêmico, se relativiza por razão de um amplo debate atrelado às produções intelectuais articuladas aos movimentos sociais" (Silva, 2013, p. 80).

Essa articulação entre os agentes sociais das comunidades quilombolas e os setores acadêmicos tem impacto na compreensão dos desafios enfrentados e no entendimento sobre os conflitos duradouros, no desenvolvimento de estratégias de resistência e no conhecimento sobre a formação territorial de tais comunidades. A respeito do último ponto, realça-se que as discussões acadêmicas sobre a disputa pelo território em Alcântara, especialmente aquelas levantadas por Almeida (2002; 2006) e Braga (2011), fundamentam-se no conceito de território étnico de Barth (2000). Essa abordagem considera a indissociabilidade entre território e identidade, destacando a autoatribuição dos grupos e sua organização no espaço geográfico.

O processo de formação territorial das comunidades quilombolas em Alcântara, conforme Almeida (2006), é complexo e não linear, caracterizado por descontinuidades, rupturas e peculiaridades. O autor identifica diferentes formas de apropriação da terra nessa região, como as "terras de preto", "terras de santo" e "terras da pobreza", que compõem um complexo, mas inseparável "território étnico". Essas formações territoriais, embora distintas em suas denominações, não se limitam rigidamente a fronteiras físicas fixas, convergindo e se sobrepondo em um processo comum de territorialização étnica.

Em Alcântara, a construção social do território étnico implica inter-relações entre os povoados, demonstrando uma dinâmica de relações que rejeita o isolamento como forma de manter fronteiras. A relação das comunidades com o território é vital para sua identidade e sobrevivência, funcionando como fator de identificação, defesa e mobilização coletiva (Almeida, 2004). No contexto quilombola, prevalece o uso comum da terra em detrimento da produção comercial individual (O'Dwyer, 2002).

Comunicação para a cidadania e o papel da imprensa negra

Nesse cenário em que a defesa do território e o fortalecimento das identidades culturais e étnicas estão imbricadas, a comunicação, seja ela oral, interpessoal ou midiática é imprescindível para impulsionar mudanças e confrontar ideias. Seja por uma militância clássica nas ruas, seja pela presença no meio digital, os movimentos sociais têm historicamente ocupado espaços e exigido mais participação nos temas públicos. Melucci (2001) os caracteriza como "mensagens" de uma sociedade em gestação, termômetros de mudanças profundas ainda em curso. Eles são instituições que "[...] não têm a força dos aparatos, mas a força da palavra. Anunciam a mudança possível, não para um futuro distante, mas para o presente da nossa vida" (Melucci, 2001, p. 21).

Nesses movimentos, a comunicação desempenha um papel nas lutas por cidadania já que qualquer direcionamento estratégico interno ou mesmo o desenvolvimento de ações externas perpassa necessariamente processos acionados por ela, seja oralmente ou mesmo utilizando os meios midiáticos e online. Gohn (1997) destaca que é por meio da comunicação que os movimentos interpelam (e são interpelados por) outros atores sociais, elaboram discursos e tentam incidir na discutibilidade de temas que lhes são pertinentes na esfera pública. Assim, a comunicação se manifesta como uma força plurivalente e versátil que pode levar tanto ao avanço da compreensão das pautas defendidas pelos movimentos sociais, quanto à cristalização de um discurso que os criminaliza (Gohn, 2013).

Peruzzo (2007) destaca a estreita relação entre movimentos populares, comunicação e ampliação da cidadania⁵, onde a comunicação é fundamental para promover demandas e

⁵ Ver T. H. MARSHALL, 1963.

alcançar objetivos. A percepção de que a apropriação de tecnologias de comunicação poderia fortalecer a luta levou à consolidação dessa modalidade comunicativa como um pilar de integração entre movimentos sociais e um público mais amplo. Caracterizada por uma opção política de mobilização social, essa forma de comunicação de pequena escala, conhecida como alternativa, popular ou comunitária, busca a transformação social e tem um caráter pedagógico emancipatório (Peruzzo, 2009), comprometendo-se com os interesses das comunidades e contribuindo para o desenvolvimento educativo, cultural, e a luta por direitos humanos. Os meios de comunicação, como rádio, televisão, informática e internet, desempenham um papel central na promoção desses ideais, ampliando o alcance, mobilizando socialmente e promovendo o diálogo entre os setores da sociedade (Peruzzo, 2013).

A imprensa negra participa desse histórico de lutas por emancipação que ocorre por meio da comunicação. Ela tem um papel de destaque na discussão e reivindicação de temas referentes à cidadania e tem como característica a veiculação de material jornalístico qualificado sobre a população afrodescendente no país, que historicamente foi e é alvo de coberturas destorcidas, estigmatizantes e silenciadoras. Tais veículos desenvolvem uma posição contra-hegemônica e promovem uma pluralidade de narrativas ao debater de forma crítica os problemas sociais que afetam essa população.

Enquanto fenômeno da apropriação das tecnologias comunicacionais pela população afrodescendente, a imprensa negra pode ser definida como o conjunto de jornais surgidos a partir do século XIX como uma comunicação dirigida a essa população (Santos, 2008) e caracterizada como “uma série de jornais alternativos voltados para a luta em defesa dos interesses da ‘classe dos homens de cor’” (Domingues, 2008, p. 20). Tendo como fio condutor os problemas sociais decorrentes do racismo na sociedade brasileira, tais veículos apresentam dois traços essenciais: agrupar a população negra como forma de resistência, e instituir um meio de protesto pela cidadania negada. Santos (2011) caracteriza as publicações informativas negras, como periódicos fundados e mantidos por pessoas autodenominadas ou próximas da comunidade negra, direcionando conteúdo para essa população e defendendo suas questões.

A imprensa negra deve, portanto, ser compreendida como o espaço alternativo de acolhimento de uma representação positiva sobre o negro na sociedade, assim como o ambiente propício para a expressão profissional de jornalistas negros que estão ausentes nas redações da grande mídia. Esse último aspecto decorre do fato de que jornalistas enquanto classe profissional são majoritariamente brancos. Conforme dados do estudo realizado para traçar o perfil dos jornalistas brasileiros (Lima; Mick *et al*, 2021), ao serem questionados sobre sua raça/cor, apenas 30% dos 3.100 jornalistas declararam ser negros (pardos e pretos). Isso significa que o número de negros na profissão é inferior à metade da proporção de pessoas negras na população brasileira. De acordo com os dados do Censo do IBGE 2023, a proporção de negros no Brasil é de 55,5%, enquanto brancos são 43,5%, amarelos equivalem a 1,7% e menos de 0,5% são indígenas (IBGE, 2023b).

Assim, percebe-se que a imprensa negra comporta um viés de representatividade e contra-hegemonia ao buscar incidir positivamente e oferecer outras perspectivas no tema da cidadania negra (Santos, 2012). O entendimento de hegemonia e contra-hegemonia na comunicação aqui proposto tem como base o referencial gramsciano, que explora a interseção entre comunicação e política, destacando a comunicação (especialmente o jornalismo) como um processo fundamental na construção das subjetividades coletivas que visa sustentar, defender e promover consensos hegemônicos (Gramsci, 2004). Dênis de Moraes acredita que o discurso midiático *mainstream* exerce influência na percepção da realidade, um gênero discursivo que “interfere preponderantemente na cartografia do mundo coletivo, propondo um conjunto de linhas argumentativas sobre a realidade, aceitas ou consideradas por amplos setores da sociedade” (Moraes, 2009, p. 45). Nesse sentido, Coutinho (2014) considera a mídia como uma força estabilizadora na sociedade civil e protetora do Estado. Ela ocupa um lugar

de destaque na sociedade civil, fundamental para proteger o aparato estatal de crises político-econômicas (2014, p. 18). Grosso modo, considera-se que embora a mídia possa desafiar as estruturas de poder, também pode atuar como um instrumento para manter o *status quo* e proteger os interesses das elites dominantes.

A comunicação do MABE

Nesta fase, analisa-se a comunicação do MABE, identificando desafios e potencialidades nos processos comunicativos do movimento. Usa-se dados de pesquisa documental e uma entrevista com um representante do movimento sobre o uso da comunicação midiática, interpessoal e direcionada. É importante notar que o MABE não possui uma política formal de comunicação até o momento, centrando-se na divulgação de ações e informações por meio de perfis em redes sociais, sem uma frequência definida (sinteticamente apresentado no Quadro 1 abaixo). Além dos perfis institucionais, moradores e líderes usam suas contas pessoais para amplificar a mensagem. Nota-se que falta um site dedicado para centralizar informações e documentos essenciais sobre a causa dos afetados.

Quadro 1: Canais de comunicação institucional do MABE

Canal	Endereço
Página no Facebook	https://www.facebook.com/Movimento-dos-Atingidos-pela-Base-Espacial-de-Alc%C3%A2ntara-MABE-2125005104284106/
Perfil no Instagram	https://www.instagram.com/mabe_alcantara/
Perfil no Twitter	https://twitter.com/mabe_alcantara

Fonte: Autor (2023).

A comunicação do MABE enfrenta também desafios consideráveis quanto ao acesso à internet. A instabilidade e a lentidão da conexão com a internet no município representam obstáculos. Embora dados da Pesquisa TIC Domicílios 2022 indiquem que mais de 80% dos domicílios brasileiros tenham acesso à internet (CGI.BR, 2023), em Alcântara, devido às suas características de isolamento geográfico⁶, extensão territorial e predominância rural, o acesso à internet ainda não é universalizado, especialmente nas áreas mais remotas. No entanto, mesmo na sede do município, há limitações significativas de velocidade de conexão⁷. Aliado a isso, outro fator que impacta a formulação de estratégias de comunicação se refere às limitações financeiras do movimento, o que impossibilita a contratação de profissionais qualificados para a execução de um planejamento estratégico de comunicação. Essa conjunção de fatores cria uma barreira para a implementação de uma abordagem mais sistemática e eficiente na divulgação das ações e causas do MABE.

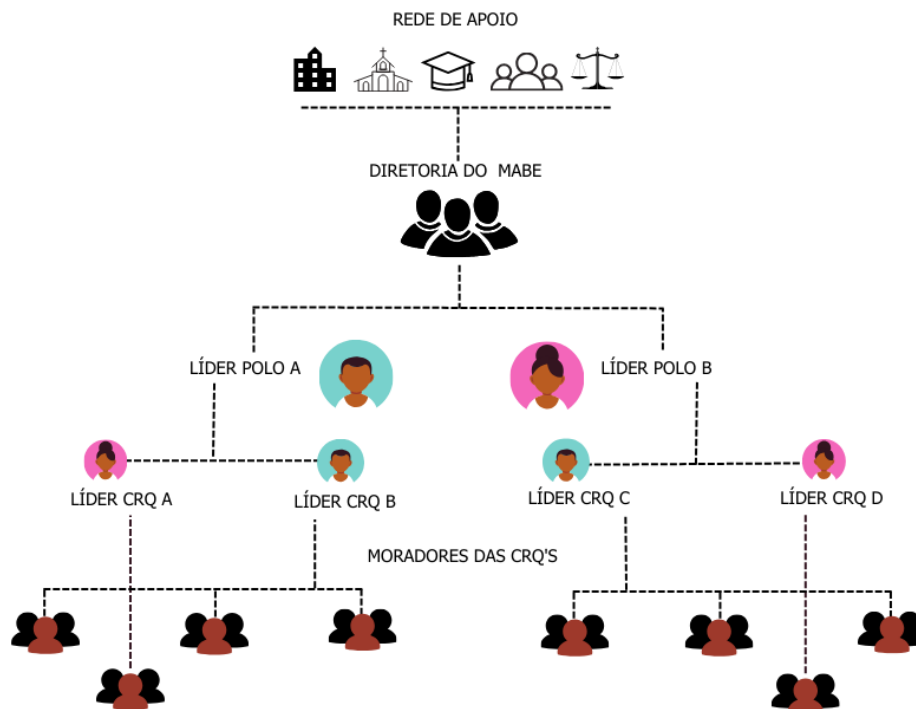
A peculiaridade logística do município, marcado por sua vasta extensão territorial e a presença de cerca de 200 comunidades (algumas delas praticamente inacessíveis), impõe a necessidade de uma abordagem de comunicação interna que incorpore tanto meios orais interpessoais quanto tecnológicos, quando possível, e visa superar desafios geográficos e garantir que a mensagem do MABE alcance as comunidades mais remotas. Para assegurar que informações cruciais alcancem os moradores sem acesso à internet, em algumas circunstâncias, a comunicação percorre uma cadeia retransmissora, composta pela diretoria do MABE, líderes de polo, lideranças das comunidades e agrovilas e os próprios moradores com condições de transportes próprios (conforme ilustrado na Figura 1).

⁶ Embora seja parte da região metropolitana de São Luís, Alcântara é isolada do centro urbano devido a horários limitados de travessia marítima pelos 22 km pela Baía de São Marcos.

⁷ Algumas agrovilas têm recebido pontos de internet que oferecem conexões em locais específicos por meio do programa governamental Wi-Fi Brasil.

Esse fluxo é fundamental para garantir que direcionamentos importantes, como mobilizações ou atualizações sobre ações do movimento, atinjam efetivamente todas as camadas das comunidades. Contudo, há situações em que esse fluxo de informação é modificado, especialmente quando se consegue mediar a comunicação por meio de aplicativos de mensagens instantâneas em comunidades que contam com acesso à internet.

Figura 1: Fluxograma comunicacional do MABE



Fonte: Autor (2023).

O MABE opera por meio de uma rede de apoio, com a Diretoria centralizando estratégias e diretrizes, e líderes de polo atuando como elo entre a Diretoria e as comunidades locais, disseminando informações e coordenando esforços. A comunicação flui para os líderes comunitários, que compartilham informações, identificam necessidades locais e representam as preocupações da comunidade. Os moradores, no nível mais básico da rede, são cruciais para compartilhar informações e fornecer *feedback*, estabelecendo um fluxo de comunicação bidirecional. Essa estrutura organizacional é essencial para garantir que as mensagens e ações do MABE sejam compreendidas e apoiadas em todas as comunidades.

Esse processo, que integra elementos de comunicação oral, interpessoal e digital, revela-se intrinsecamente contra-hegemônico. Em um contexto de limitadas oportunidades de comunicação proporcionadas pelas ferramentas midiáticas de cunho capitalista e de uma histórica trajetória de violência estatal, a engenhosidade quilombola reside na autonomia organizacional do movimento. Coutinho (2014) destaca situações semelhantes à de Alcântara nos morros e subúrbios cariocas, onde a repressão simbólica e material não impediu o surgimento de formas singulares de comunicação. Para ele, em ambientes assim, "o único meio ou canal que não pode ser anexado ao império midiático dos Marinho ou de Murdoch é o espaço – território - comunitário, onde se propaga o som da fala marginal daqueles que, apesar de tudo, têm boca para falar, para gritar e para cantar" (Coutinho, 2014, p. 30).

As redes solidárias e a comunicação indireta

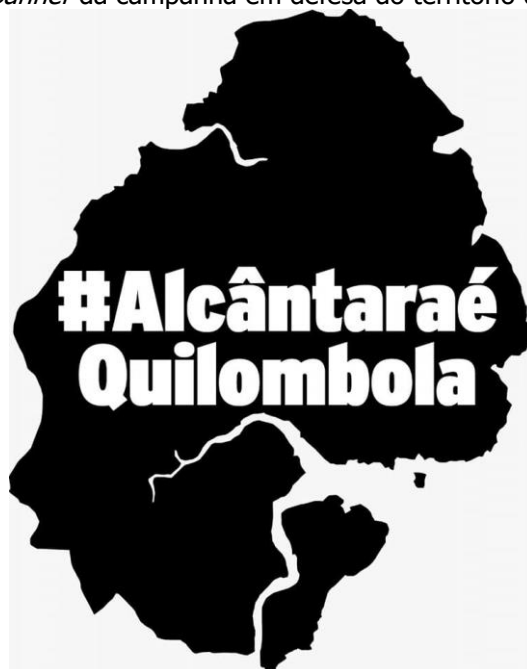
A mobilização quilombola em Alcântara se beneficia de uma extensa rede de instituições parceiras interconectadas que desempenham um papel importante na comunicação dos atingidos. Embora o MABE não tenha desenvolvido diretrizes próprias de comunicação midiática sistematizada e enfrente desafios financeiros, técnicos e logísticos, sua capacidade de alcance é ampliada graças à comunicação gerada por outros atores com influência em esferas locais, nacionais e internacionais. Essas instituições parceiras fornecem assistência jurídica, política e técnica aos atingidos.

Exemplo de potencialidade dessas parcerias: denúncia levada a julgamento na Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) em abril de 2023, representantes de comunidades quilombolas de Alcântara subscrevem a denúncia junto com entidades como a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, Centro de Cultura Negra do Maranhão, Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão, Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Maranhão, Centro de Justiça Global e Global Exchange, conforme Relatório de Mérito nº 189/20 (CIDH, 2020).

Especificamente no campo midiático, a organização estratégica dentro dessa rede envolve instituições estatais, entidades representativas, organizações do Terceiro Setor e movimentos sociais que apoiam os atingidos, contribuindo com profissionais de jornalismo e meios de comunicação próprios para fortalecer a presença das comunidades quilombolas na mídia e promover a discussão pública do tema. Essa comunicação indireta é particularmente valiosa, pois ultrapassa as limitações enfrentadas pelo MABE, e fortalece a presença do movimento na mídia, contribuindo para a legitimação e reconhecimento da causa.

Um exemplo é a campanha online **#AlcântaraéQuilombola**, que visou aumentar a visibilidade das comunidades quilombolas (ver Figura 2). Lançada em agosto de 2019, coincidindo com a tramitação do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (AST), a mobilização convocou apoio nas redes sociais, culminando em uma manifestação em setembro. A adesão foi ampla, incluindo lideranças quilombolas, figuras políticas, entidades do terceiro setor, movimentos sociais, artistas e influenciadores digitais (MABE, 2019, online).

Figura 2: *Banner* da campanha em defesa do território de Alcântara



Fonte: MABE (2019).

Entraves políticos e racismo midiático

Durante a entrevista, foi destacado pelo Entrevistado que as comunidades quilombolas enfrentam um racismo midiático presente nas coberturas jornalísticas de diversos veículos, independente de suas posições político-partidárias. Segundo o entrevistado, acordos entre o PT e PCdoB nas eleições de 2014 e 2018 levaram até mesmo os veículos alternativos a ignorar a luta das comunidades de Alcântara, não cobrando a responsabilização do governo estadual pela segurança das famílias ameaçadas pelo AST de 2019, que afetava cerca de 800 famílias de 27 localidades.

O racismo estrutural, diferente do que pode parecer não é algo abstrato. Alguém aciona e movimenta isso. E se você quer descobrir isso, você tem que apontar as responsabilidades, você tem que dar nome aos atores, pessoas jurídicas, físicas ou políticas que movimentam o racismo estrutural e, neste caso, quem movimenta são esses atores: o PT, alguns setores da esquerda, o PCdoB, o governo Flávio Dino. Isso tem que ter que ser dado nome. O racismo estrutural não se movimenta por si só, alguém movimenta as estruturas institucionais e "alguém" tem nome. Não é alguém isento, abstrato que movimenta isso, e aí isso é uma tarefa que as mídias alternativas prescindiram ou quiseram prescindir de pautar responsabilizando os atores responsáveis pelo racismo posto em Alcântara (Entrevistado, 2021, S/N).

Para escapar à hostilidade da mídia nacional, o MABE recorreu à sua rede de apoio internacional, denunciando o tratamento violento das autoridades governamentais ao longo dos últimos 40 anos, independentemente da orientação política. Essa mobilização resultou em reportagens favoráveis aos quilombolas⁸ e, em uma articulação com os movimentos negro e indígena brasileiros, conseguiu que congressistas democratas estadunidenses vetassem o uso de recursos de seu país no possível deslocamento das famílias quilombolas. Assim, embora o

⁸ Como a reportagem "*A story of slavery – and space*", publicada pelo jornal norte-americano *The Washington Post* em 26 de março de 2021. Veja em <https://www.washingtonpost.com/world/interactive/2021/brazil-alcantara-launch-center-quilombo/>

jornalismo não seja uma diretriz estabelecida do MABE, o movimento reconhece o valor dos enquadramentos em sua luta e está ciente dos materiais noticiosos sobre si. Apesar do espaço limitado na mídia, o MABE não prescinde do jornalismo, mas entende o uso crítico dos veículos informativos a seu favor. Esclarece a liderança entrevistada:

Não se trata de tentar estabelecer uma disputa por narrativas, pois acho que a gente não tem condições estruturais, em se tratando de comunicação, de estabelecer qualquer disputa de narrativa. São estruturas, são pontos de partida totalmente desiguais. Mas é preciso que se pautem porque nós precisamos comunicar com outro público, nós temos que furar a bolha de falar só com nós mesmos (Entrevistado, 2021).

Considerações

O artigo examina a comunicação do MABE, destacando a ausência de políticas internas de comunicação organizacional. Apesar de canais e postagens esporádicas nas redes sociais, a comunicação interpessoal e o uso de aplicativos de celular são fundamentais para a mobilização interna. O movimento também depende de redes de cooperação para transmitir suas demandas, devido a limitações logísticas, técnicas e financeiras que impedem a criação de uma comunicação estratégica própria para sensibilizar um público mais amplo.

À sua maneira, o movimento dos atingidos confronta as limitações impostas pela mídia e desafia as narrativas dominantes. Portanto, à luz do referencial gramsciano, a atuação do MABE emerge como essencialmente contra-hegemônica, pois busca contestar e transformar as relações de poder estabelecidas no território da comunicação por meio de sua organização e fluxo comunicacional autônomos.

A adaptação no fluxo de comunicação do MABE mostra sua flexibilidade, reconhecendo as particularidades de cada comunidade e implementando estratégias pertinentes à infraestrutura disponível. Ao incorporar tecnologias digitais quando possível, o movimento otimiza a disseminação de informações e fortalece sua mobilização interna, mantendo-se sensível às diversas realidades. Essa combinação de abordagens tradicionais e digitais reflete a adaptabilidade do MABE na busca por uma comunicação interna inclusiva e efetiva.

Portanto, a comunicação desempenha um papel essencial na luta dos atingidos pela preservação de seus territórios, integrando-se organicamente ao repertório de luta do movimento. Isso demonstra que a comunicação é um processo sistêmico indissociável da militância, focado nas demandas das comunidades e manifestando-se de diversas formas, desde o diálogo presencial até os meios tecnológicos, conforme as necessidades específicas de cada contexto. No âmbito dos movimentos sociais, são processos comunicativos “holísticos” em que “o que importa é o conjunto da práxis, o processo educativo e o significado que tem para os segmentos envolvidos, para a comunidade ou para o movimento social” (Peruzzo, 2022, p. 523 - 524).

Ao adotar essa abordagem, o MABE incorpora a comunicação como uma ferramenta orgânica, moldada pela necessidade e pela urgência dos desafios enfrentados pelas comunidades. Essa abordagem é moldada pela adaptação do movimento às circunstâncias e a compreensão intrínseca da importância da comunicação para alcançar seus objetivos. A falta de sistematização na abordagem de comunicação do MABE não diminui a sua eficácia; ao contrário, ressalta a natureza orgânica e autêntica da comunicação como força vital na contínua luta pela preservação dos territórios e direitos das comunidades.

A título de recomendação, ressalta-se que a implementação de uma política de comunicação mais robusta, aliada à otimização do uso das redes sociais e à criação de um site informativo, poderia fortalecer consideravelmente a visibilidade e a influência do MABE, ao mesmo tempo em que contribuiria para a construção de um diálogo mais amplo com a sociedade em torno de suas reivindicações e objetivos.

Referências

- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 9, 2004. DOI: 10.22296/2317-1529.2004v6n1p9. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/102>. Acesso em: 9 jan. 2024.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. **Os quilombolas e a base de lançamento de foguetes de Alcântara**: laudo antropológico. – Brasília: MMA, 2006.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. **Laudo antropológico** – identificação das comunidades remanescentes de quilombo em Alcântara. São Luís: Sexta Câmara do Ministério Público Federal, set. 2002. 385p.
- BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. LASK, Tomke (Org.). Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.
- BRAGA, Yara M. R. de O. **Território étnico**: conflitos territoriais em Alcântara - Maranhão. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano Regional) - Universidade do Vale da Paraíba, São José dos Campos, 2011.
- CARDOSO, Lourenço.; GOMES, Lílian. Movimento negro e movimento quilombola: para uma teoria da tradução. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S. l.], v. 10, n. 26, p. 153–171, 2018. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/644>. Acesso em: 15 nov. 2023.
- CIDH, Comissão Interamericana de Direitos Humanos. **Relatório Nº 189/20, Caso 12.569**. Mérito. Comunidades quilombolas de Alcântara. Brasil. 14 de junho de 2020. Disponível em: https://www.oas.org/pt/cidh/decisiones/corte/2022/br_12.569_pt.pdf. Acesso em 15 nov. 2023.
- COUTINHO, Eduardo G. **A comunicação do oprimido e outros ensaios**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.
- DOMINGUES, Petrônio. **A nova abolição**. São Paulo: Selo Negro, 2008.
- DUARTE, Mareia Yukiko Matsuuchi. Estudo de caso. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. - 4. reimpr, São Paulo: Atlas, 2010.
- GOHN, Maria da G. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- GOHN, Maria da G. **Movimentos sociais e redes mobilizações civis no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- GOMES, Nilma L. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Volume 2. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho. 3ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**: Quilombolas - primeiros resultados. IBGE: Rio de Janeiro, 2023a, 125p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102016.pdf>. Acesso em: 25 Fev. 2024.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**. População e domicílios. Primeiros resultados. Rio de Janeiro, 2023b. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102011.pdf>. Acesso em 30 jan. 2023.
- JORGE, Amanda L. O movimento social quilombola: considerações sobre sua origem e trajetória. **Revista Vértices**, [S. l.], v. 17, n. 3, p. 139–151, 2016. DOI: 10.19180/1809-2667.v17n315-08. Disponível em: <http://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/1809-2667.v17n315-08>. Acesso em: 26 mar. 2024.
- LEITE, Ilka B. S. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, v. 5, n. 2, 2000, p. 333-354. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-

[354.pdf](#). Acesso em: 26 Fev. 2024.

LEITE, Ilka B. S. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 3, p. 965–977, set. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/PkRZPC6gwHRkLMMKkPxCvyd/#>. Acesso em 23 Fev. 2024.

MABE. O acordo que entrega a base aeroespacial de Alcântara-MA [...] Alcântara, 03 set. 2019. Facebook: Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara - MABE. Disponível em: <https://www.facebook.com/2125005104284106/photos/pb.100035615392150.-2207520000/2336346796483268/?type=3>. Acesso em: 9 jan. 2024.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Zahar, 1963.

MELUCCI, Alberto. **A Invenção do presente** – Movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MORAES, Dênis de. **A batalha da mídia: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009.

NASCIMENTO, Beatriz. O Quilombo e a Resistência Cultural Negra. In: RATTI, Alex. **Eu sou Atlântida: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Instituto Kuanza, 2006, p. 117 - 125.

NUNES, Patrícia. M. P. Entre o autoritário e o arbitrário: obstáculos ao reconhecimento dos direitos étnicos das comunidades quilombolas de Alcântara. In STEFANO, D.; Mendonça, M. L. (ORGs). **Direitos Humanos no Brasil 2014: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**. São Paulo: Outras expressões, 2014, p. 47 -52.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

PERUZZO, Círcia M. Krohling. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Lumina**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2007. DOI: 10.34019/1981-4070.2007.v1.20989. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/20989>. Acesso em: 9 jan. 2024.

PERUZZO, Círcia M. K. Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação comunitária nas políticas públicas. **Revista Fronteiras - estudos midiáticos**, v. 11, nº 1, jan/abr, 2009, p. 33 - 43. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/5039/2288>. Acesso em: 13 Dez. 2023.

PERUZZO, Círcia M. K. Comunicação nos movimentos sociais: o exercício de uma nova perspectiva de direitos humanos. **Contemporânea**, v. 11, nº 1, jan/abr, 2013, p. 138-158. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/6980/6087>. Acesso em 13 Dez. 2023.

PERUZZO, Círcia M. K. Análise de uma experiência de Pós-Graduação em Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa no Brasil. Conceito e prática. In: PERUZZO, Círcia M. K; GABRIOTI, Rodrigo; BERTI, Orlando M. de C. (ORG's). **Trilhas e Impactos da Comunicação Popular, Comunitária e Alternativa no Brasil** – Teresina: EdUESPI, 2022, p. 517-540.

PNCSA. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. **Quilombolas atingido pela Base Espacial**. São Luís: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, 2007.

SANTOS, José A. dos. **Imprensa negra: a voz e a vez da raça na história dos trabalhadores brasileiros**. José Antônio dos Santos – UFRGS, 2008.

SANTOS, José A. dos. **Prisioneiros da história: trajetórias intelectuais na imprensa negra meridional**. 2011. 281 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SILVA, Gyordanna P. P. S. **Produção intelectual, movimento social e conflitos: o MABE e a luta em defesa da territorialidade**. São Luís, 2013. 112 f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, 2013.

SEREJO LOPES, Danilo da C. **A atemporalidade do colonialismo: contribuições para entender a luta das comunidades quilombolas de Alcântara e a base espacial**. Local: São Luís - MA editora: UEMA/PPGCSPA/ PNCSA, 2020.

CGI.BR. Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros:

TIC Domicílios. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. -- 1. ed. -- São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2023.

Agradecimentos e fontes de financiamento

Artigo escrito com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa de Santa Catarina (FAPESC)